

---

GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto: *Uma Fé Exigente, uma Política Realista*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2008. 161 pp., 21 X 14 cm. ISBN 978-85-7261-048-3.

---

A relação fé e política assumiu, ao longo da história, diversas figuras. Nas décadas recentes, vivemos situações extremamente instigantes no contexto latino-americano. GÓMEZ de SOUZA esteve no seu epicentro. Conheceu a figura evanescente de cristandade, bebeu nas fontes renovadoras de Maritain e nas reflexões críticas de Mounier. Conheceu os cálidos anos antes e durante a redação da Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, a Carta Magna da Igreja Católica no campo da relação com o mundo. Sofreu os duros anos de engajamento político no turbulento Brasil da década de 60, em que a Ação Católica especializada significou posição original de compromisso político a partir da fé. Viveu o nascimento da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base. Debateu com as tendências de neocristandade de direita e de esquerda. Em todas essas situações buscou a lucidez teórica e prática. Depois que voltou ao Brasil em 1977, priorizou trabalhar em nível de sociedade civil e não do Estado. Apostou no processo de mudanças sociais brotado das profundezas da sociedade, da cultura e dos valores, no interior das consciências e de novas sensibilidades, e não na conquista do Estado pelo poder para impor de cima as transformações sonhadas.

Com essa maravilhosa experiência, traz para o leitor atual reflexões altamente pertinentes. Atravessa-lhe o pensamento a clareza de distinção das autonomias da política e da fé. Dispõe de detector sensível de misturas de instâncias, mesmo quando as aparências se mostram sedutoras. Embora muitas de suas considerações venham de décadas passadas e não reivindiquem nenhuma originalidade presente, soam, porém, novas por causa de certa amnésia das conquistas teóricas e práticas de momentos anteriores.

Tanto ímpetos conservadores como o fundamentalismo político islâmico, cristão, judaico e também católico, quanto surtos esquerdistas embaralham os campos entre política e religião. Em tais circunstâncias, as ideias de GÓMEZ de SOUZA soam atuais e pertinentes.

O livro aborda uma série de temas relacionados com a vida da Igreja. Tratou com muita liberdade o “Caso D. Cappio”. Apesar de mostrar cari-

nho e respeito pelo bispo, assumiu atitude crítica em relação à confusão do uso da figura episcopal na defesa de uma causa secular, tal como a transferência do Rio São Francisco de aspectos técnicos e políticos complexos. Questionou o caráter profético e muito mais ainda de martírio do gesto, já que não se respeitava a autonomia das instâncias.

Mereceu sua consideração a visita do Papa, a Assembleia de Aparecida, a relação da Igreja com os movimentos sociais, vicissitudes políticas da Igreja nos tempos militares, na Espanha de Franco, na ambiguidade da Democracia cristã do Chile, na política da Igreja no campo da saúde e em outras circunstâncias. No conjunto da reflexão, firma a posição contra qualquer autoritarismo, dogmatismo e clericalismo no sentido de impor uma posição desde os interesses da Igreja no campo social e político.

Tem dois capítulos muito bonitos em que admira a posição corajosa de cinco bispos da atualidade: D. Hélder, D. Aloísio Lorscheider, D. Luciano Mendes de Almeida, D. Clemente Isnard e o Cardeal Martini. Tece páginas de estima e reconhecimento por outros homens de Igreja por sua atividade lúcida, como D. Paulo Evaristo, D. Erwin, D. Moacir, etc.

Outro conjunto de artigos versa sobre a nova situação política da América Latina com o nascente protagonismo de índios, classes populares, mulheres, ao reagirem em face das velhas oligarquias do Continente. Nessa perspectiva analisa positivamente o Governo Lula e desconfia de uma direita irritada e de uma esquerda moralista. Mais: interpreta a figura de Lula num contexto amplo do significado simbólico de um operário metalúrgico migrante substituir um doutor da Sorbonne. A alternância de dois mundos muito diferentes. Lê o governo Lula a partir do sentir das camadas populares que o apoiam e lhe dão credibilidade raramente vista e não de esquerdas ambiciosas ou de direitas raivosas. Houve, na verdade, importante, paulatino e efetivo processo de inclusão social.

Distingue bem o que são imperativos éticos ou verborreia moralizante a esconder interesses suspeitos. Não nega os erros do PT, sua arrogância em julgar-se imune das tentações do poder. GÓMEZ de SOUZA sente verdadeira ojeriza pelas análises abstratas, semeadas de frases feitas, bonitas e idealistas, sem pé na realidade concreta dos processos históricos. Estes caminham no meio a lutas, ambiguidades, possibilidades concretas e não trilham as vias asfaltadas de ideologias fantasiosas, moralistas, impregnadas até mesmo de frases piedosas do evangelho.

Atrai o olhar de GÓMEZ de SOUZA o novo protagonismo popular no cenário político latino-americano. As análises do autor se alimentam de amplo conhecimento de processos históricos do Continente e de fora dele, e traz luzes para as conjunturas atuais e suas possibilidades. Trabalha bem o significado dos novos protagonistas políticos do Continente: Lula (operário), Evo Morales (índio), Rafael Correa (ligado ao movimento indígena).

No Peru, um mestiço quase ganhou. As manifestações pró e contra Chávez revelam a diversidade dos dois mundos. É verdade que o A. mostra certas reservas à figura populista de Chávez. Kirchner e Cristina vêm de província afastada de Buenos Aires. Tabaré Vázquez acaba com a alternância histórica e elitista de *blancos* e *colorados* no Uruguai. Michele Bachelet no Chile, presa e torturada, significa a derrota do bairro alto pelo povo das *poblaciones*. Daniel Ortega está de volta na Nicarágua. No Paraguai acontece a vitória de Lugo, que renunciou ao episcopado para servir politicamente ao povo. Tal fato mereceu análise mais ampla. A grande exceção fica por conta da Colômbia, reduto do reacionarismo filoamericano. Nas análises dos diversos países, GÓMEZ de SOUZA não esconde a complexidade e a ambiguidade da situação. Mas nem por isso perde de vista o filão de libertação que se estende pelo Continente. Percebe que os setores populares sinalizam sua presença, suas exigências e rechaçam as receitas da direita.

Preside às análises uma quase obsessão, herdada de Marx, do cuidado atento aos processos históricos que podem mudar de uma hora para a outra. Sente a necessidade de subir do abstrato para o concreto. Sua crítica se volta contra muitas análises de alguns que até mesmo se dizem seguidores de Marx, mas se fecham num plano filosoficamente idealista e ideológico, a partir de teses gerais mitificadas, preconceituosas ou emocionais, sem raízes na realidade.

As análises de GÓMEZ de SOUZA passeiam entre dois extremos que ele refuga inúmeras vezes. Um setor (economista) conservador que se rege pelos resultados macroeconômicos, preso ao fetiche do mercado e uma esquerda ideológica, fixada em *slogans* contra um inimigo abstrato sem propostas concretas de transformação.

O melhor do livro resume-se a dois pontos: assume posição eclesial de liberdade e pluralismo em reação aos dogmatismos piramidais de qualquer cor que seja na defesa da autonomia da fé e da política, uma em face da outra, e uma visão matizada e esperançosa do processo político popular latino-americano e em especial do Brasil, demonstrando enorme conhecimento histórico dos fatos, dos seus protagonistas. O livro nos deixa desafiante dever de casa. "Ação na sociedade, avanços científicos rápidos, ousadia do sagrado: três vetores que temos de levar em conta se tivermos sensibilidade de percepção, vontade e mesmo um pitada de audácia". E a modo de anexo se lê belíssima carta de Alceu Amoroso Lima ao autor do livro, datada do dia do Golpe Militar de 1964, a mostrar a perplexidade do momento, mas também a esperança. Por aí vamos, leitor. Vale a pena que você o confira.

João Batista Libanio SJ

---

CATTANEO, Enrico: *O sacramento da ordem*. Tradução do original italiano por Silva Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2008. 150 pp., 21 X 13,7 cm. ISBN 978-85-15-03500-7.

---

A intenção do A. é compreender o sacramento da ordem a partir de seus ritos e preces (cf. SC 48). Elaborar, portanto, as linhas gerais de uma teologia do sacramento da ordem a partir da *lex orandi*, na trilha dos Padres da Igreja. Por isso mesmo o original italiano se intitula *Il sacramento dell'ordine a partire dalle fonti* (O sacramento da ordem a partir das fontes). Ninguém mais autorizado para fazê-lo que E. C., pois já anteriormente publicara um vasto volume de mais de 800 páginas intitulado *I ministeri nella chiesa antica. Testi patristici dei primi tre secoli* (Milano: Paoline, 1997) (Os ministérios na Igreja antiga. Textos patrísticos dos três primeiros séculos).

O presente livro pode ser designado como um livro de divulgação e de meditação. Divulgação, enquanto não tem pretensões científicas; meditação, enquanto propicia uma explicitação do conteúdo das três preces de ordenação (episcopal, presbiteral e diaconal) do Pontifical Romano de 1989 que poderia ser útil para os ministros ordenados reavivarem o dom que receberam pela imposição das mãos (cf. 2Tm 1,6) e para os candidatos aos diversos ministérios ordenados se prepararem para receber o sacramento.

Depois de traçar na introdução a problemática geral (9-16), descreve esquematicamente os ritos atuais de ordenação das três ordens (cap. 1: 21-34) e passa a analisar detidamente cada uma das preces de ordenação (cap. 2: 35-70). É o núcleo do livro. O cap. 3 (71-104) facilita o estudo anterior, pois transcreve os textos bíblicos bem como as fontes litúrgicas mais significativas, dotando-as de uma breve introdução, à maneira do que fizera na obra maior antes citada. No cap. 4 (105-142), o A. em parte transcreve, em parte resume as intervenções mais importantes do magistério, desde o IV Concílio de Latrão até a Carta Apostólica *Ordinatio sacerdotalis*, de João Paulo II (1994). Uma conclusão de caráter teológico-catequético (143-150) encerra o livro, sintetizando o que foi encontrado e mostrando a intenção profunda da obra.

Trata-se, pois, de um livro muito simples e acessível. Um sistema de numeração marginal remete nos cap. 1 e 2 aos textos transcritos no cap. 3, proporcionando ao leitor que quiser aprofundar o que lê, o recurso às próprias fontes, como o sugere o subtítulo do original italiano.

Se o texto como tal é valioso, a tradução deixa muito a desejar. Infelizmente não difere da maioria das traduções que publicam as editoras católicas brasileiras. Um primeiro ponto a observar é que a bibliografia (17-19) que

deveria suscitar no leitor a vontade de aprofundar o estudo, recorrendo a outros autores acessíveis, torna-se totalmente inútil, porque não indica os textos existentes em tradução brasileira. No caso: o Dicionário de Liturgia, de Sartore e Triacca; o Denzinger-Hünemann; o Pontifical Romano em português; e mesmo livros que existem em tradução espanhola, que têm mais chance de serem encontrados e entendidos pelo leitor brasileiro médio: é o caso dos livros de Vanhoye e Righetti. Dois casos são paradigmáticos. Primeiro o Denzinger-Hünemann. Acaba de ser editado pela própria Loyola; o mínimo de senso comercial sugeriria que essa tradução fosse citada! Segundo – e não é a primeira vez que o recenseur tem que protestar neste sentido! –, os textos litúrgicos existem em tradução brasileira oficial: por que não ocorre ao(s) tradutor(es) lançar mão desses textos e teimam em fazer sua própria tradução a partir de traduções oficiais de outra língua (no caso: o italiano) que em geral já são uma adaptação do original latino ao espírito da respectiva língua e cultura? Mas o mais absurdo é que, quando o leitor enfim se alegra por encontrar citada a tradução brasileira de uma obra (foi o caso de Cesare Girardo: *Num só corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2001, citado às pp. 102 e 103), as páginas indicadas não correspondem nem à tradução brasileira, nem mesmo ao original italiano! A tradução do texto da prece de ordenação presbiteral do Veronense e seu comentário estão nas pp. 228-231 de *Num só corpo*, e não nas pp. 370-374, como está indicado na obra aqui recenseada.

O caso dos textos do Denzinger-Hünemann (=DH) é não se sabe se de rir ou de chorar. Tendo disponível o texto traduzido diretamente dos originais em DENZINGER, Heinrich: *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral* (São Paulo: Paulinas / Loyola, 2007), o tradutor de Cattaneo prefere retraduzir do italiano, resultando às vezes inexactidões ou até absurdos. Como exemplo de inexactidão, “forma” (no sentido do hilemorfismo sacramental) é traduzido como “fórmula” (DH 3859, citado à p. 115) e, ainda no mesmo lugar, a expressão “efeitos sacramentais” se torna “elementos sacramentais”, o que torna o texto totalmente errado! E ainda a citação de LG 26, identificada apenas pelas aspas e pelo contexto: nas comunidades locais – diz o Concílio – “Cristo está presente, em virtude do que existe uma Igreja una, santa, católica e apostólica” (125). Na tradução em DH 4151 se lê: nas pequenas comunidades locais “está presente Cristo, por cujo poder se unifica a Igreja una, santa, católica e apostólica” que corresponde ao latim “praesens est Christus, cuius virtute consociatur una, sancta, catholica et apostolica Ecclesia” (itálico meu). Exemplo de absurdo é o repetido “seja isto um anátema” (pp. 109 e 110) que mostra não só ignorância teológica, mas também desconhecimento do vernáculo. E o leitor fica pensando: para que serve um revisor, se não vê tal absurdo? Aliás, parece que nem tradutor nem revisor estão familiarizados com as coisas de Igreja, como o mostra o uso da palavra “pátana” em vez da costumeira “patena” (107). Ou da palavra “cânone”, em vez de “cânon”

(109ss). Ambas as formas se encontram dicionarizadas, mas as primeiramente citadas são totalmente inusuais. Em outros casos não se sabe se é ignorância do italiano ou do português, ou ainda culpa do corretor ortográfico (mal usado) do computador. Assim “inamissível” se torna “inadmissível” (132), o que desfigura totalmente a afirmação do autor. Ou o uso do verbo “desbançar” à p. 125, pelo menos inapropriado e deselegante, senão errôneo. Ou ainda a palavra “epítome” com artigo feminino, quando em português é masculina (40). Sobre o prefácio das missas de ordenação é dito que tem “uma clara *impressão trinitária*” (104). Certamente o italiano traz “impronta”. No caso poderia ser bem traduzido por “perspectiva trinitária”. Até mesmo a concordância deixa a desejar, como é o caso à p. 100: “Nós *te suplicamos... que concedais...*” (itálicos do recenseador). Italianismos também ocorrem, como na expressão “um seu completamento” (sic!) (68).

Voltando ao uso do Denzinger-Hünemann (=DH), causa estranheza que, nos textos da *Lumen gentium*, por vezes se remeta a DH, por vezes não, embora o respectivo texto esteja contido em DH (120-122).

É cômico ver mencionadas com títulos italianos obras da antiguidade cristã como o livro de Cipriano sobre a unidade da Igreja (*De unitate Ecclesiae*) (118) e mais frequentemente a “Tradição apostólica” até há pouco atribuída a Hipólito (passim). Além disso, o corretor ortográfico do computador levou a que palavras como “apostólica” e “canônica” em expressões no primeiro caso italiana (*Tradizione* [sic!] *apostolica*, passim), no segundo latina (*missio canonica*, 117.122) apareçam com o acento próprio ao português.

Caberia também uma errata: À p. 51 fala de duas edições do Pontifical Romano (1969 e 1979); pelo contexto se deduz que não se trata de edições italianas, mas de “edições típicas” latinas que, na realidade, são de 1968 e 1989. À p. 71, última linha, onde se lê “mistérios” deve ser lido “ministérios”. Um cochilo pode ser observado à p. 31, onde o A. explica *os ritos da ordenação diaconal* e cita o ritual italiano, dizendo que “o ministro da ordenação *presbiteral* é o bispo” (31), o que é verdade, mas no contexto não vem ao caso. À p. 22 é citado Ch. Munier, uma obra que não pode ser identificada por não aparecer na bibliografia.

Sejam suficientes estes exemplos para mais uma vez alertar as editoras católicas para o que acontece com as traduções de obras teológicas. É uma desconsideração para com o leitor (e assim falta de honestidade para com o cliente ou freguês) e um desrespeito ao autor que vê seu pensamento às vezes profundamente alterado ou totalmente ininteligível. Quem sabe algum dia as admoestações deste pobre recenseador sejam acolhidas. Enfim, como diz o provérbio: “água mole em pedra dura, tanto dá, até que fura”... Oxalá!

Por fim, uma palavra sobre a capa que parece mais adequada para um romance de aventuras sobre a busca do Santo Graal, do que num livro sobre o sacramento da ordem. Até porque um cálice com uma patena (que mais parece o escudo de Palas Athene) corresponde à concepção do sacramento própria à Idade Média, expressa no Concílio de Florença (cf. DH 1326), antes do que à concepção da grande tradição, felizmente reafirmada por Pio XII em 1947 (cf. DH 3859). Nesse sentido, muito mais óbvia e adequada seria uma capa onde aparecesse um bispo impondo as mãos sobre um diácono.

*Francisco Taborda SJ*

---

CARDITA, Ângelo: *O Mistério, o Rito e a Fé*. Para uma “recondução antropológica” da teologia litúrgico-sacramental. Lisboa: Quimera, 2007. 574 pp., 23 X 16 cm. ISBN 978-989-8060-04-4.

---

Eis que aparece finalmente uma grandiosa obra de teologia litúrgico-sacramental escrita originariamente em português. Trata-se de uma tese de doutorado em teologia sacramentária apresentada no prestigioso Ateneu de Santo Anselmo, de Roma. A obra, revisada pelo próprio autor, não se preocupa em apresentar um tratado de cada sacramento e outras ações litúrgicas individualmente, mas em elaborar uma teologia geral daquilo que compõe o sacramento, ou seja, o Mistério manifestado no evento fundante, o Rito em que é celebrado e a Fé que o celebra. Assim fazendo, o A. abre um diálogo com os demais campos das ciências ditas humanas, especialmente a antropologia e a filosofia.

O subtítulo, “Para uma ‘recondução antropológica’ da teologia litúrgico-sacramental”, sugere o fulcro da investigação do autor. De fato, na segunda parte da obra, ele abre um diálogo com Karl Rahner e Odo Casel, que já tinham realizado a tarefa de reconduzir a teologia pelos caminhos da antropologia. Cardita, porém, supera esses autores ao completar o pensamento de ambos, ao mesmo tempo em que deles faz uma boa síntese. Enquanto Casel se move no âmbito da história das religiões visando as ações rituais e, a partir disso, afirma a presença misteriosa de Cristo nas ações rituais, e Rahner propõe Cristo como realização plena do homem e real símbolo de Deus e uma noção de liberdade ao nível da consciência do sujeito transcendental, Cardita chega à descrição do símbolo ritual como um transcendental situado num corpo cósmico, histórico-cultural, pessoal e comunitário. O símbolo, para o A., é, portanto, a situação transcendental, onde o homem de fé encontra sua realização pela força do sacramento, e a sua identidade.

Antes, porém, na introdução, o A. já coloca as bases para a sua pesquisa, ao que se segue um “Prelúdio”, em que ele mostra as exigências de retomar as provocações mais recentes e as reações em ambiente português a essas provocações, tais como a reação de Manuel Pinto à provocação de Antônio Coelho. O A. leva ainda em consideração a contribuição do Brasil apresentando a Ciência Litúrgica da Libertação na obra de Ione Buyst. Termina esse prelúdio, fazendo uma boa aproximação à relação liturgia e teologia, pois se trata de pensar a liturgia e os sacramentos, isto é, abordá-los teologicamente e, portanto, reflexivamente.

A primeira parte intitulada “Ruptura epistemológica” está subdividida em três capítulos, no primeiro dos quais ele apresenta o núcleo teórico e a expansão prática da questão litúrgica. Guiado por Hans Urs von Balthasar, o A. expõe a redução antropológica imposta pela modernidade à fé cristã e, portanto, à sua expressão litúrgica, segue apresentando o núcleo teórico da atual questão litúrgica, as dificuldades na transcrição do problema, e uma retrospectiva sobre a questão litúrgica, o que vem a reforçar e confirmar a redução antropológica já diagnosticada. O segundo capítulo trata a participação litúrgica – mediação “ativa” e “contemplativa”, em que se pretende demonstrar que o acesso ao evento fundante da fé cristã – o evento Cristo, único mediador – só é possível pelo rito, neste e deste acontecimento Cristo; disso o rito tira o seu sentido, exatamente porque através do gesto ritual é no evento fundante que se participa, de tal modo que também o rito passa a fazer parte do mesmo, conseguindo com ele uma verdadeira “unidade ontológica” (p. 131). Por participação ativa na realidade litúrgica, o A. entende o aspecto prático e teórico, fundo místico e contemplativo. No terceiro capítulo, trata-se a relação entre cristologia e antropologia sob a reconsideração teológica da mediação litúrgica. Aqui o que está em jogo é a dificuldade antropológica, própria do homem moderno, diante do agir ritual, que se encontra na origem da investigação sobre o sentido teológico da liturgia (p. 183). Tentando resolver esta dificuldade, o A. parte da investigação do sentido teológico de Vagaggini, para quem ao mesmo tempo em que da função mediadora de Cristo recebe o seu sentido, a liturgia aparece como forma concreta de, por “conaturalidade”, percebê-la e nela viver (p. 183) e chega a formular a questão que conduzirá este terceiro capítulo: é a liturgia reclamada pela fé como condição de acesso ao acontecimento cristológico ou é através dele que acedemos ao sentido do rito eclesial? (p. 184). Ao tentar responder a essa pergunta, imediatamente o A. percebe que a questão mais de fundo é a relação entre o valor universal da mediação cristológica e o valor de uma particularidade religiosa ritual, o que o leva a formular uma outra questão, a de saber qual é o valor da mediação ritual na sua particularidade para a universalidade da mediação cristológica (p. 184). Inevitavelmente será obrigado a entrar na questão do diálogo inter-religioso. Ainda neste capítulo o autor não se descuida da questão pneumatológica que, embora já surgindo alhures, aqui ganha um excursus e, antes de concluir, trata a questão da



inculturação, o que se tornou imprescindível em uma boa obra de teologia litúrgico-sacramentária que venha a surgir em nossos dias.

A segunda parte da obra, em que o A. dialoga com Rahner e Casel, nós já mencionamos mais acima. Na terceira e última parte, Cardita trata do símbolo como situação transcendental e o faz a partir do confronto entre Rahner e Casel. Esta terceira parte está composta dos capítulos VI ao VIII. No VI, o A. trata o símbolo ritual e os seus percursos de integração teológica. Ao confrontar teologia sacramental e hermenêutica simbólica, ele dialoga com José Maria Castillo (Símbolos de Liberdade) e com Louis-Marie Chauvet (Símbolo e sacramento); para a integração do símbolo-ritual na teologia fundamental, com João Duque (Destino doxológico do Rito) e Pierangelo Sequeri (Salvaguarda da transcendência de Deus). No sétimo capítulo, confronto interdisciplinar, o A. apresenta o interesse da filosofia pela liturgia e o rito na antropologia. O VIII e último capítulo surge como uma aplicação ao sacramento da eucaristia de tudo o que foi dito até aqui, a saber, como os sacramentos cristãos podem ser entendidos como situações simbólico-transcendentais, por isso ele verifica as possibilidades antropológicas de aproximação à eucaristia, o que se volta para o sentido humano do comer e beber. Este sentido, entretanto, remete para a vida e para a relação do ser humano não só com os demais seres humanos (partilha, convivialidade, festa), mas também com o mundo e o cosmos, do qual se descobre parte integrante e dependente (p. 505). Disso decorre a questão ética da eucaristia, pois vem a tocar a questão da ecologia e da fome da qual padecem tantos seres humanos. Num segundo momento, Cardita trata a eucaristia como sacrifício e comida ritual, mostrando a resistência de alguns autores em aproximar a eucaristia aos ritos das religiões pagãs por colocarem mal a questão. Por fim, ele propõe uma releitura simbólico-hermenêutica do rito eucarístico.

Se a teologia é um caminho, ao ler este livro, vê-se que Ângelo Cardita deu um grande passo. Sua obra se tornou um passo obrigatório para todos os que se interessam pela teologia, não só a teologia litúrgico-sacramental, mas a teologia em geral.

*Marco Antonio Morais Lima SJ*

---

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira / PASSOS, Mauro / SILVA, Wellington Teodoro da (orgs.): *O sagrado e o urbano: Diversidades, manifestações e análise*. São Paulo: Paulinas, 2008. 159 pp., 21 X 14,2 cm. Col. Estudos da ABHR. ISBN 978-85-356-2200-3.

---

O livro encerra série de pequenos trabalhos de autores diversos. Reúne algumas contribuições do VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, do I Simpósio de Ciências da Religião e do XIX Ciclo de Palestras e Debates do Núcleo de Estudos em Teologia realizados na PUC-Minas. O título do livro não corresponde perfeitamente à diversidade das colaborações que têm perspectivas independentes da relação entre Sagrado e Urbano. Difícil perceber um eixo que as une a não ser a extrinsecidade da origem de serem apresentações em Simpósios que tratam da temática geral das Ciências da Religião.

A apresentação do livro de Flávio Senra vai além de mera introdução do livro. Faz rápido e pertinente mergulho em Max Weber, ao aprofundar o que o autor alemão chamou de “desencantamento do mundo” por obra do processo de intelectualização com o afastamento dos grupos humanos em relação à magia para dominar a natureza ou para obter favores do mundo espiritual. Persegue a tensão entre religião e mundo em Weber, ao passar pelas esferas econômica, política, ética religiosa, erótica, intelectual. Conclui que o processo de racionalização se desenvolve pelo pensamento teórico que desencanta o mundo, mas também pela própria tentativa da ética religiosa de salvação de racionalizar prática e eticamente o mundo.

Silas Guerriero tipifica o campo religioso brasileiro em quatro grupos, ao estudar os novos movimentos religiosos. Um grupo, cujos casos específicos são a Renovação Carismática Católica e os neopentecostais, acontece no interior das grandes religiões constituídas. Outros se situam externamente a elas com forte caráter salvacionista em face do mal. Rompem com a cultura abrangente e com a ortodoxia religiosa em busca de resgatar tradição religiosa perdida. Cita os casos de Iskcon (*The International Society for Krishna Consciousness*), Instituto Osho Brasil (*Rajneesh*), Santo Daime, etc. Um terceiro grupo dentre essas religiões se associa às novas religiões orientais, iniciadas no seio das comunidades étnicas, especialmente na colônia japonesa, ampliando-se com novos adeptos, tais como Soka Gakkai, Perfect Liberty, Seicho-No-Ie. Enfim um quarto grupo, amplo e diverso, pode ser identificado com a Nova Era.

Mauro Passos apresenta interessante estudo sobre a questão do sagrado e religioso na Primeira República, quando aconteceu a separação civil entre Igreja católica e Estado. Criou-se o Estado laico brasileiro. Estuda documentos da Igreja oficial que relutava por aceitar tal fato como legítimo, já que a Igreja católica reivindicava o direito (divino) de formar a consciência cristã dos povos, especialmente pela educação. Lendo os textos citados do

magistério com os olhos de hoje, percebe-se a profunda mudança de mentalidade na sociedade moderna em face do ensino religioso. Tema que volta hoje sob outros aspectos.

Marcelo Camurça chama a atenção, ao basear-se em vários cientistas políticos, para a importância da liturgia do poder, como forma relevante de legitimação. Cita especialmente os casos do nazismo em tempos de Hitler e o do comunismo soviético.

Leonildo Campos estuda a influência dos meios de comunicação na expansão dos evangélicos no Brasil, que passaram da evangelização oral para a escrita e terminaram na televisiva. Mostra como as Igrejas evangélicas usaram diferentemente tais recursos. Não faltam alusões também à Igreja católica respeito ao mesmo problema do uso dos meios de comunicação social.

Leila de Albuquerque vai buscar as raízes dos novos movimentos religiosos lá nos inícios da contracultura com a estética da espontaneidade da década de 40. Esta caminhou depois para o movimento dos *beats* e *hippies* até chegar a nova sensibilidade religiosa. No Brasil, tal itinerário é pouco estudado.

Karina Bellotti debruça-se também sobre a temática da mídia evangélica, perguntando-se como estudá-la e por quê. Recorre ao instrumental teórico oferecido pela história cultural de origem francesa. Define mídia como produção, difusão e recepção de mensagens por diversos formatos eletrônicos, impressos e digitais. Portanto, para além dos meios e mensagens dos produtos de mídia, considera as relações entre emissores e receptores, tendo em vista as mediações que interferem na produção, na circulação e na apropriação. As categorias analíticas usadas formam a linguagem, a identidade e a representação. No cotidiano aparece o espaço-tempo fundamental para entender a apropriação de sentidos e a reafirmação de identidades que as religiões fazem sobretudo em face de outras. A mídia com seus produtos legitima um discurso, uma posição ideológica e moral, além de instruir os fiéis e fazer propaganda entre não-fiéis. Só pesquisando a mídia entendemos as razões de existência das mensagens evangélicas.

Sérgio Ferretti discorre sobre as religiões afro-brasileiras e pentecostalismo no fenômeno urbano. Tem realizado pesquisas no campo das culturas populares e das religiões afro-brasileiras no Maranhão e estuda o campo pentecostal por interesse recente. Alude ao fato de que 60% ou mais de seus alunos na área sócio-humanística, nos últimos tempos, pertencem, de conversão recente, ao neoprotetantismo. Debate no artigo ideias que vigem na relação entre religião e raça, discutindo características das religiões afro-brasileiras e do pentecostalismo no ambiente urbano. Está aí um dos desafios contemporâneos de análise do sagrado. Aumenta o número dos participantes das religiões pentecostais e diminui o das religiões afro-brasileiras. O autor analisa a diversidade das expressões das religiões afro que se organizaram no Brasil a partir de meados do século XIX, sobretudo no mundo urbano. Descreve-lhes as características principais com concisão,

clareza e pertinência. De maneira breve, faz o mesmo respeito ao pentecostalismo. Constata a relação paradoxal das religiões afro com o pentecostalismo de proximidade e de rejeição. Conclui o estudo com a afirmação de que o pentecostalismo se adaptou bem aos tempos atuais, aos fenômenos de *marketing* e ao idioma da indústria cultural.

Carlos R. J. Cury aborda o tema da laicidade e religião. Parte da conhecida constatação de que as sociedades ocidentais a partir da modernidade transferiram a religião do espaço do poder terreno para a figura do indivíduo. No exercício do poder distingue laicidade de secularização. A laicidade do Estado significa sua neutralidade em face das religiões, ao permitir-lhes legalmente a expressão livre, a liberdade religiosa, o caráter público dos cemitérios, o casamento civil, a possibilidade de divórcio, os registros civis de nascimento e morte, etc. A secularização, por sua vez, se define como processo social do humanismo moderno que privilegia a vontade humana na busca de soluções terrenas para os problemas terrenos, distanciando-se da visão e das normas religiosas.

Fechando o livro, Ana M. Casasanta Peixoto estuda a luta dos católicos pela escola na década de 1930. Tema que também Mauro Passos tratou noutra perspectiva e contexto mais amplo. A A. delinea a batalha entre o emergir do projeto educativo da Escola Pública em choque com o monopólio do ensino por parte da educação confessional no contexto do exercício de poder do Estado. Os princípios da Escola Nova se consignaram no “Manifesto dos pioneiros da educação nova” de 1932 que respondia ao desafio levantado por Getúlio Vargas de o Brasil definir um projeto educacional nacional. A A. persegue a reação de tal projeto nos rincões mineiros de aparente apatia diante da polêmica em torno da Escola Nova. De fato, havia clara afirmação da educação pública, leiga, mista, popular, obrigatória e gratuita que soava para o clero mineiro como séria ameaça à sua imagem de educador e ao espaço conquistado penosamente. Ana Peixoto persegue a tensão entre o Manifesto, que expressava o ideário do Estado, e as reações opostas a ele na imprensa mineira, que traduzia o pensar católico e que buscava os caminhos de harmonia entre ambos, bem ao estilo mineiro. O Governo Mineiro antecipa ao Federal na política de colaboração com a Igreja católica, especialmente no campo da educação.

O conjunto de trabalhos, embora díspares quanto à temática e ao tipo de abordagem, oferece reflexões esclarecedoras no jogo da religião com o Estado, com a cultura moderna e pós-moderna. Assinala a pluralidade do atual campo religioso e a enorme complexidade da problemática numa sociedade que se declarara secular na convicção de ter sepultado definitivamente a religião. Aí está ela com novas funções sociais. Cabe às ciências da religião estudar-lhes as figuras que emergem.

*João Batista Libanio SJ*

---

BAUMANN, Gerlinde: *Gottesbilder der Gewalt im Alten Testament verstehen*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2006. 224 pp., 24,5 X 17,5 cm. ISBN 987-3-534-17933-6.

---

A A. é professora de Antigo Testamento no Departamento de Teologia Evangélica da Philipps-Universität de Marburg (Alemanha), sendo também pastora.

A obra trata de um tema que tem ocupado muitos autores: a violência na Bíblia, especialmente as imagens de um Deus violento presentes no Antigo Testamento. Segundo a A., contudo, sua obra não se ocupa primeiramente com o desafio da superação da violência, mas sim em como aprender a lidar com ela. Nesse sentido, a A. aborda os textos “violentos” do Antigo Testamento partindo do princípio de que os seus autores os escreveram como uma possibilidade de trabalhar violências experimentadas e sofridas, e que por isso esses textos continuam tendo validade ainda hoje.

A obra divide-se em cinco capítulos. O primeiro é uma introdução que apresenta o problema a ser enfrentado: como podemos, nós, leitores de hoje, lidar com as imagens de violência de Deus apresentadas em alguns textos bíblicos?

No capítulo II, a A. oferece uma reflexão hermenêutica estruturada em torno a dois eixos: a pluralidade de imagens de Deus no Antigo Testamento e suas raízes no ambiente do Oriente Antigo e a questão da definição de “violência”, enfatizando o aspecto antropológico e cultural.

O capítulo III recolhe a pesquisa sobre a violência no Antigo Testamento no séc. XX, apresentando as contribuições de Volz e von Rad, no início daquele século, mas também as mais recentes: Preuss, Lohfink, Zenger, Otto, Krahe, Bruegemann e outros. São apresentados temas como o demônio, a guerra santa, a ira de Deus, a vingança de Deus, os inimigos, a violência contra crianças e mulheres, entre outros. A A. conclui esse capítulo retomando sua tese de que a violência na imagem de Deus é um modo de trabalhar a violência sofrida.

O capítulo IV, que é o mais longo, apresenta a interpretação de textos escolhidos, classificados da seguinte maneira: a) Deus como Senhor da guerra contra outros povos [Dt e Js]; b) Deus que age com violência contra seres míticos [Sl 74]; c) Deus sexualmente violento contra figuras femininas metafóricas [Ez 23]; d) Deus como juiz violento do mundo inteiro [Naum]; e) Deus que se mostra violento contra um indivíduo particular [Jó].

No quinto e último capítulo, a A. faz uma avaliação conclusiva do seu esforço por ajudar a compreender as imagens divinas da violência.

Entre as conclusões a que chega a A., uma é a de que na maioria dos textos estudados, não há uma visão unidimensional de Deus, mas sim uma

pluralidade de imagens que se relacionam entre si em tensão. Se, por um lado, aparece um Deus que é um juiz implacável, esse mesmo Deus é também associado ao perdão e à misericórdia.

Outra constatação é a de que, de fato, a violência divina torna-se uma possibilidade de que o sofrimento a que alguém é submetido seja trabalhado no âmbito da linguagem religiosa, uma vez que a violência sofrida é referida a um agente, Deus. Isso especialmente quando Israel, ou um filho de Israel, se encontra em situações nas quais a violência é inevitável. Na maioria dos casos, são as vítimas da violência que representam Deus como violento, e não os que infligem violência. As vítimas desejam um Deus que as salve e ao qual os que as fazem sofrer sejam entregues para serem julgados.

Por fim, a A. apresenta quatro pontos como contribuição para a ampliação da relação com Deus a partir da compreensão do tema da violência. O primeiro diz respeito ao confronto. Como no caso de Jó, elementos de dureza, de luta, de oposição e inclusive de agressividade podem, através desse tipo de texto, ser integrados à relação com Deus. Em segundo lugar, há o elemento da confiança: quem faz uso das imagens de Deus como um vingador, confia a Deus, e ao Seu modo de agir, a reação à violência sofrida. Em terceiro lugar, delegar a Deus a iniciativa significa, ao mesmo tempo, reconhecer que Deus é “imperfeito”, se temos como base a imagem de Deus da filosofia grega, ou seja, significa aprender a viver com alterações no “humor” e nas divinas disposições. Nesse sentido, a vida com Deus é processual, é uma vida de relação com altos e baixos, é uma convivência com um Deus que não está distante, intocável, perfeito, mas que, ao contrário, entra no mundo instável da relação com os seres humanos. Por fim, como alerta a certa tendência individualista e intimista, é produtivo perceber que os textos estudados têm um forte acento social: as situações de violência têm como pano de fundo os âmbitos coletivo e histórico, que remetem à vida em comunidade, a grupos ou ao povo como um todo.

A A. conclui com um convite a que se continue a pesquisa sobre o tema da violência em outras passagens do Antigo Testamento, mas também no Novo Testamento, tendo-se presente em modo especial, nesse caso, a compreensão de violência no âmbito do Helenismo.

No final, a obra oferece ainda alguns úteis instrumentos de trabalho: uma rica bibliografia sobre o tema, um brevíssimo glossário e ainda dois índices: um de autores e temas, e outro dos textos bíblicos citados.

O tema é atual e a proposta da A. é inovadora e instigante. Seria bem-vinda uma tradução da obra para o público brasileiro.

*Claudio Paul SJ*

---

SCHNIEDEWIND, William M.: *How the Bible became a book: the textualization of Ancient Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 257 pp., 23 X 15 cm. ISBN 978-0521-53622-6.

---

W. M. Schniedewind é professor de Bíblia e línguas semíticas no Departamento de Línguas e Culturas do Oriente Próximo na Universidade da Califórnia (Los Angeles). Publicou *Society and the Promise to David: A Reception History of 2 Samuel 7:1-17* (Oxford, 1999), *The Word of God in Transition: From Prophet to Exegete in the Second Temple Period* (Sheffield, 1995), *A Primer on Ugaritic: Language, Culture, and Literature* (Cambridge, 2007).

O A. parte do princípio de que a Bíblia é produto do fenômeno da passagem, no Antigo Israel, de uma cultura oral para uma cultura escrita. Não se trata, portanto, de estudar como uma série de livros foram reunidos e se tornaram Escritura Sagrada. O estudo de Schniedewind parte de um estágio anterior a esse, ou seja, de quando a escrita, em Israel, era ainda um fenômeno incipiente e ainda predominava a transmissão oral. Aos poucos, aquelas tradições que eram transmitidas oralmente – “a Bíblia antes da Bíblia” – começam a ser reunidas e postas por escrito. Para nós, acostumados a textos escritos, o fato de que a Bíblia seja um livro parece pouco significativo. Não era assim, contudo, na Antiguidade, quando o trabalho e os custos para a produção de material escrito eram exorbitantes. O fato de que se tenha colocado por escrito o que antes era transmitido oralmente é significativo. Por isso, conhecer a história desse processo ajuda-nos a entender melhor seu “produto final”.

Ainda que o conjunto de textos que mais tarde passou a ser chamado de “Sagrada Escritura” só tenha atingido formas mais definitivas nos períodos persa e helenista (entre os séc. V a II a.C.), seus inícios datam de um período bastante anterior, ou seja, da Idade do Ferro tardia (séc. VIII-VII a.C.), quando o fenômeno da escrita ganhou expansão em Judá (Reino do Sul), como atestam muitas evidências arqueológicas. Nesse período, emerge uma sociedade mais complexa e organizada, já capaz de produzir e utilizar textos escritos em quantidade considerável. É então que a habilidade para ler e escrever deixou os espaços restritos de palácios e templos e se disseminou pela sociedade.

A obra está organizada em nove capítulos e um epílogo. No primeiro capítulo, o A. estuda o fenômeno ímpar do surgimento de um texto sagrado em uma sociedade pastoril, agrícola e oral, o que, para Schniedewind, foi um divisor de águas na civilização ocidental. Daí a importância de conhecermos a história social do Antigo Israel para podermos compreender melhor a história da formação da Bíblia, a qual, de certo modo, é “testemunha ocular” dessa passagem do mundo da oralidade para o do

texto escrito, passagem essa de fundamental importância para a consciência que a humanidade tem de si mesma. É necessário compreender qual a função da escrita na antiga sociedade israelita: como a escrita foi ganhando importância, como isso influenciou a formação da literatura bíblica, como a própria Bíblia percebe seu caráter de texto. Nesse sentido, também importa saber quais as relações entre tradição oral e textos escritos, quando e como a palavra escrita suplantou a autoridade da tradição oral. As respostas a essas perguntas são o itinerário percorrido pela Bíblia na sua transformação em livro. Segundo o A., a pergunta anacrônica sobre quem escreveu a Bíblia deve ceder lugar à pergunta sobre quando ela foi escrita, a qual, por sua vez, desemboca na pergunta sobre como ela foi escrita e quais eram as circunstâncias históricas nas quais a Bíblia se torna texto e Escritura.

No segundo capítulo, o A. trata do caráter numinoso da escrita. Nas sociedades pré-literárias da Antiguidade, a escrita era antes um poder quase mágico do que um instrumento útil para registro de textos. A escrita era um presente dos deuses e conferia poderes especiais a quem a controlasse. Estima-se que, por exemplo, no Egito e na Mesopotâmia antigos apenas 1% da população dominasse a técnica da leitura e da escrita.

Tendo apresentando o forte acento religioso e sacro da escrita, o A., no terceiro capítulo, apresenta a relação entre o desenvolvimento da produção de material escrito e o surgimento dos Estados. A produção de textos demandava, como já afirmamos acima, um grande investimento, o qual só poderia ser sustentado por um Estado que tivesse atingido certo grau de estabilidade e pujança econômica. Por outro lado, um Estado que dispusesse do instrumento da escrita estava também mais equipado para organizar-se, para registrar e controlar sua produção, para planejar e enfrentar o futuro. Por conseguinte, o desenvolvimento do Estado levava não só à necessidade, mas também à possibilidade de expansão da habilidade de ler e escrever a círculos mais amplos de funcionários e empregados a seu serviço. A criação do alfabeto, simplificando consideravelmente o sistema de produção e registro de textos, foi um salto qualitativo fundamental nesse sentido.

No quarto capítulo, o A. apresenta o fenômeno do surgimento e difusão da escrita no antigo Israel, influenciada pela cultura Cananéia, no séc. X a.C. (período de Davi e Salomão). Para tanto, leva em conta os dados da arqueologia, mas também referências que se podem encontrar nos próprios textos bíblicos.

O capítulo cinco apresenta os incílios da literatura bíblica no tempo do rei Ezequias (séc. VIII a.C.). Jerusalém tinha-se transformado num centro importante. A queda do Reino do Norte e a conseqüente urbanização do Reino do Sul foram catalisadores da atividade literária que produziu boa parte do que se tornaria, mais tarde, a Bíblia Hebraica. Ainda nesse capí-



tulo, o A. discute a questão intrincada da datação do Pentateuco. Segundo ele, há duas razões fundamentais para que o Pentateuco tenha surgido nesse período, e não mais tarde, no período persa (séc. V e IV a.C.). A primeira razão é o fato de o hebraico usado nos textos do Pentateuco ser o hebraico clássico e não sua forma mais tardia. A segunda, é a proeminência das tribos do norte em vários textos do Pentateuco. Ora, o Reino do Norte desapareceu no séc. VIII a.C., bem antes, portanto, do período persa. Isso também confirmaria a composição do Pentateuco bem mais cedo do que em geral se admite atualmente. Por fim, o A. trata ainda dos textos geralmente chamados “proféticos”, sustentando a hipótese de que esses textos foram recolhidos e postos por escrito no período de Ezequias especialmente porque apoiavam e legitimavam a monarquia davídica.

O sexto capítulo apresenta o período de grande florescimento de atividade escrita em Judá: o reinado de Josias. A escrita e a leitura deixam de ser um privilégio da corte e se transformam em atividades ao alcance de um público sempre mais amplo. Esse contexto permite o surgimento de algo novo: a atribuição de autoridade religiosa a um texto escrito. A escrita deixa de ser prerrogativa do Estado. Passa a ser utilizada como modo de reforçar a autoridade do Templo, a qual assim fazia valer seu modelo religioso.

No sétimo capítulo, o A. apresenta o processo de transformação da *Torah* em livro, e o faz partindo da pergunta: como a *Torah* se relaciona com a sua própria textualidade? Segundo o A., a compreensão de “*torah*” não mais como instrução (transmitida oralmente), mas como texto escrito nasce no período da formação do Deuteronômio (reinado de Josias). Nesse capítulo, o A. estuda, portanto, o processo, complexo e difícil, de passagem da oralidade para a escrita. Esse processo passa por tensões: havia preconceitos com relação à escrita, uma vez que se dava crédito primordialmente à tradição transmitida oralmente. Por fim, contudo, a transmissão oral acaba sendo suplantada pela escrita.

O período do Exílio (séc. VI a.C.) é estudado no capítulo 8. Segundo o A., nesse período, a escrita retoma, com força, a relação com a autoridade política. A família real, ainda que exilada, torna-se o único estrato social para o qual a atividade de ler e escrever tem ainda sentido. É ela quem, mesmo no Exílio, preserva a produção literária pré-exílica.

No penúltimo capítulo (9), o A. conduz-nos pelos períodos persa e helenista. Com a volta de parte dos exilados e a reconstrução parcial da cidade de Jerusalém e do Templo, os sacerdotes dedicam-se mais à preservação, organização e trabalho editorial da literatura bíblica do que à produção de novos textos. Também o hebraico vai cedendo espaço, cada vez mais, ao aramaico como língua vulgar. Apenas no período do governo helenista a atividade literária ganha novo impulso, mas a essa altura o cânon dos textos considerados sagrados já estava praticamente definido, a tal ponto

que seu conjunto, considerado como Escrituras Sagradas, é traduzido para o grego.

O epílogo (cap. 10) faz a passagem do período chamado “intertestamentário”, apresentando a produção oral e escrita da comunidade de Qumran, a passagem do farisaísmo para o rabinismo e o início da atividade literária nos primórdios do cristianismo.

O livro apresenta uma série de ilustrações que, didaticamente, acompanham as informações arqueológicas. No final, um prático índice de temas, nomes e passagens da Escritura facilita o acesso à informação desejada.

A abordagem proposta pela obra, ou seja, o enfoque nas idas e vindas da passagem da oralidade para o texto escrito como fenômeno fundamental para compreendermos a Bíblia, mostra-se interessante e produtiva. O texto alia originalidade e seriedade, dado histórico-arqueológico e informação bíblico-exegética, sendo um livro, portanto, que vale a pena ser lido e estudado.

*Claudio Paul SJ*